

MEC denuncia desvio de verbas

BRASÍLIA — O ministro da Educação Carlos Chiarelli, afirmou ontem que os recursos do salário-educação podem estar sendo aplicados em favor da rede estadual de ensino ou em benefício de prefeituras cujos titulares sejam aliados políticos dos governadores. Depois de ouvir diversas reclamações de prefeituras que não receberam nenhuma parcela do benefício este ano, Chiarelli determinou a criação de uma comissão de fiscalização na secretaria de Educação Básica.

O ministro já autorizou a liberação antecipada da sétima cota do salário-educação

— recurso repassado ao governo pela iniciativa privada —, referente ao mês de agosto, no valor de Cr\$ 6,81 bilhões.

Com esse repasse, já chega a Cr\$ 19,64 bilhões o total de recursos liberados pelo ministério. O diretor-geral do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Luiz Felipe Correia de Azevedo, informou que as prefeituras têm prazo de 60 dias para aplicar o dinheiro e 30 dias para fazer a prestação de contas. O desvio ou aplicação irregular implica a devolução dos recursos com juros de 12% ao ano, mais correção monetária.